

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO LXII

FLORIANÓPOLIS, 26 DE SETEMBRO DE 2013

NÚMERO 6.602

MESA

Joares Ponticelli
PRESIDENTE

Romildo Titon
1º VICE-PRESIDENTE

Pe. Pedro Baldissera
2º VICE-PRESIDENTE

Kennedy Nunes
1º SECRETÁRIO

Nilson Gonçalves
2º SECRETÁRIO

Manoel Mota
3º SECRETÁRIO

Jailson Lima
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO

Aldo Schneider

PARTIDOS POLÍTICOS

(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA

Líder: Valmir Comin

PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO

Líder: Carlos Chiodini

PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO

Líder: Darci de Matos

PARTIDO DOS TRABALHADORES

Líder: Ana Paula Lima

PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA

Líder: Dóia Guglielmi

DEMOCRATAS

Líder: Narcizo Parisotto

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL

Líder: Angela Albino

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA

Líder: Altair Guidi

PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA

Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Mauro de Nadal - Presidente
Silvio Dreveck - Vice-Presidente
José Nei A. Ascari
Jean Kuhlmann
Ana Paula Lima
Dirceu Dresch
Serafim Venzon
Narcizo Parisotto
Aldo Schneider

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

Reno Caramori - Presidente
Carlos Chiodini - Vice-Presidente
Volnei Morastoni
Darci de Matos
Aldo Schneider
Marcos Vieira
Sargento Amauri Soares

COMISSÃO DE PESCA E AQUICULTURA

Dirceu Dresch - Presidente
Maurício Eskudlark - Vice-Presidente
Edison Andrino
Moacir Sopelsa
Reno Caramori
Dóia Guglielmi
Sargento Amauri Soares

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Marcos Vieira - Presidente
Silvio Dreveck - Vice-Presidente
Ciro Roza
Dirceu Dresch
Aldo Schneider
Renato Hinnig
Angela Albino

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

José Nei A. Ascari - Presidente
José Milton Scheffer - Vice-Presidente
Taxista Voltolini
Luciane Carminatti
Dirce Heiderscheidt
Antonio Aguiar
Serafim Venzon

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Taxista Voltolini - Presidente
Neodi Saretta - Vice-Presidente
Silvio Dreveck
Aldo Schneider
Edison Andrino
Dado Cherem
Mauricio Eskudlark

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Gilmar Knaesel - Presidente
Darci de Matos - Vice-Presidente
Angela Albino
Valmir Comin
Neodi Saretta
Luciane Carminatti
Renato Hinnig
Antonio Aguiar
Marcos Vieira

COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL

Moacir Sopelsa - Presidente
José Milton Scheffer - Vice-Presidente
José Nei A. Ascari
Dirceu Dresch
Narcizo Parisotto
Mauro de Nadal
Dóia Guglielmi

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA

José Milton Scheffer - Presidente
Angela Albino - Vice-Presidente
Gelson Merisio
Dirceu Dresch
Carlos Chiodini
Moacir Sopelsa
Dado Cherem

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Neodi Saretta - Presidente
Taxista Voltolini - Vice-Presidente
Ciro Roza
Valmir Comin
Dirce Heiderscheidt
Edison Andrino
Gilmar Knaesel

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Dóia Guglielmi - Presidente
Jorge Teixeira
Gelson Merisio
Valmir Comin
Luciane Carminatti
Volnei Morastoni
Moacir Sopelsa
Antonio Aguiar
Narcizo Parisotto

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Luciane Carminatti - Presidente
Angela Albino - Vice-Presidente
Jorge Teixeira
Dirce Heiderscheidt
Antonio Aguiar
Gilmar Knaesel
José Milton Scheffer

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Maurício Eskudlark - Presidente
Carlos Chiodini - Vice-Presidente
Sargento Amauri Soares
Reno Caramori
Ana Paula Lima
Renato Hinnig
Marcos Vieira

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Antonio Aguiar - Presidente
Luciane Carminatti - Vice-Presidente
Silvio Dreveck
Ismael dos Santos
Sargento Amauri Soares
Carlos Chiodini
Dado Cherem

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Angela Albino - Presidente
Jean Kuhlmann - Vice-Presidente
Reno Caramori
Volnei Morastoni
Edison Andrino
Dirce Heiderscheidt
Gilmar Knaesel

COMISSÃO DE SAÚDE

Volnei Morastoni - Presidente
Antonio Aguiar - Vice-Presidente
José Milton Scheffer
Sargento Amauri Soares
Jorge Teixeira
Mauro de Nadal
Serafim Venzon

COMISSÃO DE PROTEÇÃO CIVIL

Jean Kuhlmann - Presidente
Aldo Schneider - Vice-Presidente
Silvio Dreveck
Volnei Morastoni
Mauro de Nadal
Taxista Voltolini
Gilmar Knaesel

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Serafim Venzon - Presidente
Ismael dos Santos - Vice-Presidente
Ana Paula Lima
Dirce Heiderscheidt
Carlos Chiodini
Valmir Comin
Narcizo Parisotto

COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE ÀS DROGAS

Ismael dos Santos - Presidente
Ana Paula Lima - Vice-Presidente
Antonio Aguiar
Dado Cherem
Reno Caramori
Gelson Merisio
Sargento Amauri Soares

<p>DIRETORIA LEGISLATIVA</p> <p>Coordenadoria de Publicação: Responsável pela revisão dos documentos digitados, bem como editoração, diagramação e distribuição. Coordenador: Carlos Augusto de Carvalho Bezerra</p> <p>Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário: Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias. Coordenadora: Rita de Cassia Costa</p> <p>DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES</p> <p>Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos: Responsável pela impressão. Coordenador: Francisco Carlos Fernandes Pacheco</p>	<p>DIÁRIO DA ASSEMBLEIA</p> <hr/> <p>EXPEDIENTE</p> <hr/>  <p>Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500 Internet: www.alesc.sc.gov.br</p> <p>IMPRESSÃO PRÓPRIA - ANO XXII NESTA EDIÇÃO: 16 PÁGINAS TIRAGEM: 5 EXEMPLARES</p>	<p>ÍNDICE</p> <p>Plenário Ata da 069ª Sessão Ordinária realizada em 21/08/2013 2</p> <p>Atos da Mesa Ato da Mesa DL 9 Ato da Mesa 9</p> <p>Publicações Diversas Ata de Comissão Permanente..... 10 10 Extratos 10 Ofícios 11 Mensagem Governamental 11 Portarias 11 Projetos de Lei 13 Projeto de Lei Complementar 16 16</p>
---	--	--

PLENÁRIO

ATA DA 069ª SESSÃO ORDINÁRIA

DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 21 DE AGOSTO DE 2013

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES PONTICELLI

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Angela Albino - Antônio Aguiar - Arnaldo Moraes - Carlos Chiodini - Ciro Roza - Dado Cherem - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorge Teixeira - José Nei Ascari - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Renato Hinnig - Reno Caramori - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvío Dreveck - Taxista Voltolini - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra a primeira oradora inscrita, deputada Luciane Carminatti, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Quero cumprimentar o presidente e de antemão agradecer a substituição com o deputado Renato Hinnig.

Primeiramente, quero fazer menção a uma matéria muito positiva, que gostaria de destacar, publicada no *Diário Catarinense*, no dia de hoje, pelo colunista Moacir Pereira, que tem acompanhado as grandes lutas da educação, posicionando-se de forma bastante favorável.

Essa matéria diz respeito ao governo ser obrigado a repassar o Fundeb, porque em 14 de junho de 2011, no meio da greve do Magistério catarinense, já fazíamos o debate sobre a base de cálculo do Fundeb, que não incidia ao repasse dos demais Poderes.

Foi muito polêmico modificar, naquela data, a base de cálculo, para que primeiro pudéssemos então garantir o percentual ao Fundeb, depois fazer o repasse aos demais Poderes, e a partir daí aumentar o incremento dos recursos da educação. Na ocasião também fizemos um debate sobre os fundos criados pelo governo do estado que retiravam recursos da educação.

E hoje essa matéria fala exatamente disso. Em uma liminar do Tribunal de Justiça, a juíza Rosane Portella Wolff confirmou uma sentença já proferida pelo juiz Hélio do Valle Pereira, da 3ª Vara da Fazenda Pública de Florianópolis, determinando que o governo imediatamente repasse 20% dos recursos de todos os fundos ao Fundeb. Com isso, teríamos R\$ 10 milhões a mais por mês, totalizando em torno de R\$ 50 milhões a mais para os municípios e o estado.

Então, é uma grande conquista do Magistério catarinense, na tese de que havia formas para retirar recursos da educação. Recomendo que todos façam essa leitura.

Com certeza o Magistério catarinense comemora essa decisão, e, embora seja uma liminar ainda, desejo muito que em segunda instância não seja suspensa.

Bem, também quero fazer menção ao aniversário da minha cidade, Chapecó, que no próximo dia 25 completa 96 anos. Chapecó, considerada a capital brasileira da agroindústria, possui 183.530 habitantes, sendo, portanto, a sexta mais populosa cidade do estado. Tem indicadores bastante positivos. Sendo o 39º maior IDH municipal do Brasil e o 14º de Santa Catarina.

Chapecó foi fundada em 25 de agosto de 1917 e tem como base a agroindústria, que acabou desenvolvendo toda uma cadeia produtiva e vocacionando o município. Essa agroindústria trabalha principalmente com aves e suínos. E aliado a isso todo o setor industrial, metalmeccânico, serviços, educacional e agrícola também se estruturou.

Na educação, já temos em Chapecó 10% da população universitária. São 22 instituições de ensino superior, seja de forma presencial ou à distância, nos 290 cursos oferecidos no município, totalizando 19.355 alunos. Existem universidades importantes como a Udesc, Unoesc, Unochapecó e a UFFS.

Também o futebol está em destaque. O querido furacão do oeste, como é conhecida a Chapecoense, tetracampeã catarinense, hoje na série B e com certeza, logo na série A, disputa com grandes times brasileiros.

Chapecó também é destaque na realização de feiras especializadas ou multissetoriais. O parque de exposições Tancredo de Almeida Neves é reconhecido como um dos melhores do sul do país e o maior do sul de Santa Catarina. Destaco também a Efapi, a Mercoagro e a Mercomóveis. Neste ano, em outubro, ocorrerá mais uma edição da Efapi.

Com relação a aeroportos, temos o aeroporto municipal Serafin Enoss Bertaso que recebe cerca de 30 mil passageiros por mês. Há quatro empresas aéreas operando diariamente para vários lugares do país.

Na área hoteleira a infraestrutura de Chapecó inclui ainda um setor hoteleiro, com 33 empreendimentos, com mais de 2.500 leitos, dois hospitais regionais, duas emissoras de televisão, quatro de rádio FM e duas de AM, três jornais diários locais, vários semanais, revistas e muitos outros itens que caracterizam a responsabilidade regional de Chapecó.

Como nem tudo são flores e sempre sou muito crítica nas minhas leituras, também temos grandes desafios em nosso município. Primeiro, consolidar essa cidade como uma região universitária. Com esse conjunto de 22 cidades, com quase 20 mil estudantes vindo de todos os lugares deste país, deste estado, nós logo, logo seremos conhecidos como uma grande região universitária. Precisamos consolidar na área da pesquisa, da extensão, no mestrado, no doutorado e graduação.

Também temos que resolver grandes problemas de infraestrutura: trânsito no centro da cidade, acessos, a construção do contorno oeste para tirar o trânsito pesado do centro da cidade e fazer a ligação do Rio Grande do Sul com as demais regiões do nosso país. Também superar o índice de acidentes com mortes no trânsito, que são de quatro por mês, na cidade de Chapecó.

Chapecó também tem um indicador bastante ruim, porque é a 5ª cidade do estado com maior número de homicídios por ano, em torno de 25 mortes. Perdemos apenas para Florianópolis, Joinville, Itajaí e São José. Mas isso tem uma ligação muito forte com a ausência de policiais também.

Em 1986, com uma população de 90 mil habitantes, Chapecó contava com 476 policiais. Vinte e seis anos depois, portanto, 2012, Chapecó conta com aproximadamente 190 mil habitantes e apenas com a metade de policiais, 240.

Então, à medida que o município cresce em população, diminui a quantidade de policiais. É claro que isso reflete, efetivamente, deputado, na garantia ou não da nossa segurança pública.

Por diversas vezes tenho questionado por que Chapecó não está uma maravilha em termos de segurança, ao contrário do que as propagandas dizem. Inclusive, esta semana tivemos mais um grave crime sendo cometido com um militante da esquerda, o segundo. Também tivemos a perda de dois homossexuais.

Eu fico muito triste, porque nasci nessa cidade, moro nessa cidade e acredito que todos têm direito à cidade, a viver bem, com dignidade e com respeito.

Também, temos 26 unidades de saúde, sendo que cada equipe médica atende a 4,8 mil habitantes, quando o ideal é 3,5. A média de consultas por habitantes são duas, mas o ideal é 2,34. Nós ainda temos sete mil famílias sem moradia, porém, mil casas serão construídas, hoje, pelo Programa Minha Casa, Minha Vida. E 70 famílias vivem em áreas irregulares.

Para concluir, quero dizer que apesar de todos os indicadores positivos dos quais alguns negativos, temos um povo formado por caboclos, italianos, alemães, poloneses, praticamente todas as raças, que trabalha e luta contra as injustiças.

Então, nesses 96 anos, quero desejar a todos os chapecoenses parabéns e dizer que a luta continua.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a o sr. deputado Renato Hinnig, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO RENATO HINNIG - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, telespectadores da TVAL, trago mais uma vez um assunto importante para a região da grande Florianópolis, que é a questão da efetivação da região metropolitana na região da grande Florianópolis, já que a Assembleia Legislativa criou por lei as regiões metropolitanas no estado de Santa Catarina, mas até o presente momento nenhuma foi efetivamente instituída em nosso estado.

Em razão disso, tomei a iniciativa, na data de ontem, de protocolar a Indicação n. 0517/2013, solicitando ao governador Raimundo Colombo que envie projeto de lei para esta Casa, visando implementar o Fundo Metropolitano da Região da Grande Florianópolis e, também, algumas adequações necessárias à lei das regiões metropolitanas vigente atualmente.

Essa solicitação se faz necessária e essa medida cada vez mais urgente, porque temos problemas com a mobilidade urbana, e o próprio governo do estado tem promovido ações para buscar a solução, sendo que tivemos a oportunidade ontem de conhecer um dos projetos que estão concorrendo na PMI, lançado pelo governo do estado.

Foram entregues dois projetos, no último dia 19, à SC Parcerias, que está articulando e conduzindo esse processo. Isso nos remete à necessidade de termos de forma institucional, já implementada, a região metropolitana da grande Florianópolis, pois recursos específicos do governo federal somente poderão ser acessados se tivermos

essa institucionalização jurídica implementada e em pleno funcionamento. E os R\$ 50 bilhões que o governo federal anuncia que tem para ser aplicados em mobilidade urbana, só poderão ser acessados se tiver essa formalização jurídica da região metropolitana.

Portanto, faço um apelo ao governador e aos deputados da base para que nos ajude a construir o envio dessa matéria o mais urgente possível para esta Casa, para que Santa Catarina não seja mais uma vez preterida na destinação de recursos para resolver este que é um dos graves problemas que aflige o dia a dia das pessoas, principalmente da região da Grande Florianópolis.

Na mesma forma, nesta mesma linha de raciocínio, como secretário de Desenvolvimento Regional da Grande Florianópolis bati muito na tecla, junto aos prefeitos aqui da região, dos 13 municípios da região da Grande Florianópolis, para que criassem consórcios intermunicipais no sentido de ter mais um instrumento jurídico para resolver problemas comuns dos municípios daqui, da região, já que nós vivemos em uma região conturbada e problemas comuns como saneamento básico, quando mexidos num determinado município, seja Florianópolis, São José, Biguaçu, Palhoça, Governador Celso Ramos ou qualquer outro, afetam diretamente os demais municípios. Assim também é essa questão da mobilidade urbana.

O projeto que foi apresentado não diz respeito à solução apenas para o município de Florianópolis, mas envolverá os 13 municípios da região e afetará diretamente os problemas dos municípios mais próximos, que já estão intimamente ligados, não se sabendo mais exatamente onde é a divisa de um e de outro, que são os municípios de Biguaçu, Palhoça, São José, Florianópolis.

Precisamos fazer com que os prefeitos municipais da nossa região comecem efetivamente a ter esse olhar regional para resolver os problemas comuns. Não podemos mais adotar aquele procedimento padrão de que o prefeito deve cuidar apenas da jurisdição do seu município. Isso já não é mais para a região da Grande Florianópolis, porque os problemas comuns precisam, sim, de articulação efetiva e de ações conjuntas por parte dos prefeitos municipais, das Câmaras de Vereadores, para em conjunto com o estado buscar as soluções.

Aliás, o Supremo Tribunal Federal, recentemente, no último mês de fevereiro deste ano, numa ação direta de inconstitucionalidade interposta pelo estado do Rio de Janeiro, numa ação que diz respeito ao saneamento básico, decidiu que problemas de caráter metropolitano dizem respeito aos municípios, mas também com a participação do estado, de forma que hoje não existe qualquer dúvida que não cabe mais apenas aos municípios a solução de problemas comuns, nem à região. Tem que ter a efetiva participação do estado.

Nessas articulações todas que fizemos enquanto secretário de Desenvolvimento Regional, tínhamos a argumentação em um determinado momento, por parte do governo, de que estava aguardando a publicação do acórdão dessa ação direta de inconstitucionalidade, por parte do Supremo Tribunal Federal.

Agora, tendo em vista essa demora e a urgência de buscarmos soluções para a mobilidade urbana e tendo em vista que já foram

entregues os projetos que visam buscar a implementação de uma solução para a implantação de um transporte coletivo de massa, interligado com o transporte marítimo, estamos felizes, porque finalmente pelo menos existe um projeto adequado para buscarmos a solução.

Não conhecemos ainda o outro projeto, embora o deputado Reno Caramori, presidente da comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano, informava, hoje pela manhã, que já oficiou também à outra empresa que entregou o projeto para que ela tenha a oportunidade também de vir mostrar aos srs. parlamentares e à sociedade catarinense o projeto que entregou, para que se possa fazer uma avaliação isenta e poder opinar sobre a melhor alternativa da implantação de um transporte coletivo de massa na região da Grande Florianópolis, interligado com o transporte marítimo, para dessa forma iniciar mais uma ação no sentido de resolver ou de buscar aos poucos uma solução para o grave problema da mobilidade urbana na nossa capital.

Essa não é a única solução. Também temos que cobrar insistentemente a implantação do anel viário de contorno da BR-101, que está previsto no contrato de concessão da empresa que foi autorizada a explorar, através de pedágio, a rodovia BR-101, e cobrar o início imediato dessas obras, porque essa obra vai ser importante no sentido de, nesse conjunto, buscarmos soluções para a mobilidade urbana da Grande Florianópolis.

Muito obrigado, sr. presidente, Eram essas as minhas considerações.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, sra. deputada, srs. deputados, quem nos acompanha pela TVAL ou pela Rádio AleSC Digital, também os que estão presentes, nesta tarde de quarta-feira, nesta Casa, quero fazer referência à expectativa dos servidores da Segurança Pública, com relação à negociação salarial que está em curso há alguns meses, entre as entidades representativas dos trabalhadores com as esferas de comando das instituições de segurança pública e o governo do estado.

Desde o início dessas conversas, há alguns meses, as propostas em mesa já mudaram algumas vezes. Pela minha avaliação, pela pressão dos delegados, dos oficiais de Polícia e de Bombeiros, aceitaram mudar a modalidade de remuneração dos servidores da Segurança Pública para a mobilidade de subsídio. É evidente que isso traz mudanças bruscas na legislação salarial e na legislação em geral com relação aos direitos dos servidores da segurança pública.

Os subsídios que até para alguns segmentos têm números muito atrativos em termos de salários retira direitos importantíssimos, fundamentais mesmo do conjunto dos trabalhadores. Um dos mais importantes é a jornada de trabalho que já temos definida em lei desde 1995 em Santa Catarina, que é de 40 horas semanais, pois o subsídio não acolhe pagamento de horas

extras. Então, o governo está apresentando o banco de horas como substitutivo a essa lei da jornada de 1995.

Então, existe toda uma tensão, toda uma expectativa dos servidores da Segurança Pública. E também estamos acompanhando a partir da relação principalmente com a nossa associação, a Aprasc, esse debate - e o nosso mandato estará integralmente à disposição -, somando-nos à posição da maioria dos servidores.

As propostas serão analisadas nas diretorias e em assembleias, também da minha categoria inclusive, dos praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros. Por certo estarei presente, e o nosso mandato se posicionará conforme for o sentimento da maioria dos companheiros que compõem essa que é a maior categoria dos servidores da Segurança Pública do estado de Santa Catarina.

Quereria fazer referência também à audiência pública que foi realizada na manhã de hoje por iniciativa da deputada Angela Albino, da comissão de Legislação Participativa, para discutir a Casan, os serviços de água e saneamento básico no estado de Santa Catarina. Foi uma audiência que ganhou um contorno, uma presença e um interesse maior também pelas notícias das últimas semanas de corrupção no processo de municipalização e privatização da água na cidade de Palhoça.

Evidentemente que os trabalhadores da Casan, defendendo o interesse público, o interesse da empresa e o seu próprio interesse como categoria profissional, têm a posição de se colocar contrários à municipalização e à privatização da Casan. E especialmente estão nesse momento dizendo que este Poder Legislativo não pode abrir mão, renunciar da sua obrigação constitucional de investigar, de querer saber o que tem acontecido nos processos de transferência do serviço de água e esgoto para os municípios, processo que em alguns casos, isso já de forma comprovada, é feito mediante mecanismos espúrios de corrupção, de depredação, de degradação do patrimônio público e dos serviços em geral.

Em nome e num discurso de que vai melhorar o sistema, que vão fazer rede de esgoto - porque a Casan nunca fez, então nós vamos fazer -, há muitos municípios que estão há dez anos ou mais com a água e esgoto privatizados e não se tem notícia de qualquer serviço a mais no tratamento de esgoto.

Por último, não poderia deixar de fazer referência à reunião da comissão de Saúde realizada na manhã de hoje neste Poder, neste caso na Sala de Imprensa, reunião essa que foi marcada com o objetivo de ouvir os vereadores da cidade de Araranguá a respeito do processo de privatização na saúde. Temos visto que a privatização tem ganhado a crônica jornalística, inclusive porque também tem sido muito comum a corrupção andar abraçada com o processo de privatização.

No caso de Araranguá, houve a participação da maioria dos vereadores daquele município. Nós tivemos o quórum da Câmara Municipal de Araranguá na manhã de hoje aqui na Assembleia, na comissão de Saúde. A maioria dos vereadores estava, e vereadores de todos os partidos políticos. Quero frisar e fazer referência a todas as bancadas deste Poder que vereadores de todos os partidos políticos do estado estiveram aqui na Assembleia, na comissão de Saúde, para dizer a mesma coisa: a transferência do Hospital Regional de

Araranguá para as organizações sociais - porque em pouco tempo já é a segunda vez que administra o Hospital de Araranguá - tem trazido prejuízo, algumas vezes irreparáveis, à população de Araranguá e dos 15 municípios que compõem o vale do Araranguá. E prejuízos irreparáveis porque se fala de saúde da sociedade e, inclusive, de óbitos de pessoas que têm morrido por falta de atendimento, ou de atendimento adequado, no Hospital de Araranguá.

Nós já tivemos neste ano a notícia...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) (Faz soar a campainha.) - Deputado Sargento Amauri Soares, se v. exa. me permitir, vou interrompê-lo para cumprimentar todo o pessoal da 17ª Festa Nacional do Pirão, de Barra Velha, que está presente, a rainha Andriele, a primeira princesa Mônica, a segunda princesa Cássia e também o presidente da Fundação de Turismo, de Barra Velha, Tiago Pinheiro.

Sejam todos bem-vindos nesta Casa do Povo.

Volto a palavra a v. exa. para que possa concluir o seu pronunciamento.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Muito obrigado, presidente, quero também cumprimentar a comitê de Barra Velha que está aqui divulgando a Festa do Pirão.

Voltando ao debate que estávamos fazendo anteriormente, o Hospital de Araranguá já foi entregue, neste ano, para uma organização social que, foi provado, tinha roubado mais de um milhão. Tinha desviado mais de um milhão do dinheiro público da sociedade catarinense, o qual tinha sido transferido para essa organização social, para que ela administrasse aquele hospital.

Agora, está sendo gerido por outra organização social, cuja sede é São Paulo, SPDM. Essa organização social tem atendido a metade da demanda que atendia anteriormente no Hospital Regional de Araranguá, cujos médicos, em alguns casos, vêm da cidade de São Paulo para atender à população de Araranguá. Ou seja, é a coisa mais irracional do mundo. O médico pega um avião em São Paulo, vai até Porto Alegre, pega um carro, vai até Araranguá, para atender à população de Araranguá.

Não tem nenhum cidadão que tenha referência com o povo de Araranguá, que tenha qualquer participação em gerência, possibilidade de ter uma informação do próprio hospital da cidade, através, ou a partir do pedido que faça a essa organização social, porque o pedido é encaminhado para São Paulo.

A própria Câmara Municipal e os vereadores trouxeram pediram uma informação ao Hospital de Araranguá que é financiado com dinheiro público do estado de Santa Catarina, R\$ 2,6 milhões por mês. E a Câmara de Vereadores de Araranguá tem que mandar o documento para São Paulo, para alguém responder em São Paulo. Aliás, os vereadores são impedidos de entrar no hospital, se quiserem fazer uma vistoria, assim como a imprensa.

Então, o consenso dessa reunião da Câmara municipal de Araranguá e de todos os deputados que estiveram nessa reunião, inclusive os deputados Manoel Mota, Serafim Venzon e Jorge Teixeira, é de que não dá de o

estado de Santa Catarina continuar fazendo contrato com organizações sociais que aparecem por aí, de forma aventureira, levando o dinheiro e deixando a população com um péssimo atendimento.

Muito obrigado, presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Neodi Saretta.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, v.exa. já anunciou a comitiva da 17ª Festa Nacional do Pirão, de Barra Velha, que está aqui presente, anunciou a presença das soberanas, também do presidente da Fundação de Turismo, então, quero apenas complementar que também acompanha o vereador Adilson Madruga e a Juralice, coordenadora da Fundação de Turismo daquele município. Mais uma vez reforço o registro dessas presenças.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Nós agradecemos também ao deputado Neodi Saretta, por efetuar, em nome da Casa, a complementação das demais autarquias que fazem parte dessa comitiva.

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos.

Hoje, quarta-feira, o primeiro horário está destinado ao PSD.

Com a palavra o sr. deputado Maurício Eskudlark, por até 14 minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, vimos hoje no site da Polícia Civil a divulgação por parte do delegado-geral da Polícia da proposta que o governo elaborou para os servidores da Segurança Pública no projeto de recuperação salarial, incluindo a Polícia Civil e todos os segmentos da segurança num patamar bem melhor de remuneração, de vencimentos, aos servidores da Segurança Pública.

Hoje, temos um grande problema na Segurança Pública, porque em alguns governos passados havia uma defasagem também grande na questão salarial dos profissionais.

Assim, foi instituída a hora extra que, na verdade, não foi como hora extra, apesar de que o policial sempre extrapola a carga normal de trabalho, muito mais do que qualquer servidor, conforme previsto no estatuto, a dedicação exclusiva de tempo integral. E os governos passados instituíram a hora extra.

Então, a hora extra na verdade nada mais é do que uma parte do salário dos servidores da Segurança Pública não como efetiva hora extra. E o grande problema que isso trouxe à grande maioria dos servidores da Segurança Pública é que, ao se aposentar ou quando havia algum problema de saúde ou até mesmo suas férias, o servidor da segurança, o policial civil, o policial militar perdia quase 40% dos seus vencimentos, deputado Taxista Voltolini.

Então, imaginem um servidor com 30 anos prestando serviços ao estado e quando chega a sua aposentadoria, a sua saúde debilitada, quando seria o momento de uma remuneração digna, há uma redução de 35% a 40% em seus salários.

Esse é um problema que enfrentamos, e estamos buscamos uma

solução através do projeto de lei de recuperação salarial da Segurança Pública que deverá vir, na próxima semana, para a Assembleia Legislativa.

Gradativamente haverá a implantação desse projeto, num prazo de aproximadamente dois anos, e os salários, com todas as suas vantagens, hora extra, adicional noturno, enfim, serão transformados num vencimento único, num subsídio. Com isso o policial, no final de carreira, principalmente, vai poder se aposentar sem ter uma grande perda salarial, como ocorre até hoje.

Então, é um dos grandes avanços. E parabenezo os sindicatos, a Adepol, os representantes, como a própria secretaria da Fazenda, o secretário Antônio Marcos Gavazzoni e o governador Raimundo Colombo pela determinação de corrigir essa distorção, claro que gradativamente, pois sabemos da questão financeira do estado.

Assim, com a publicação hoje se torna quase oficial a proposta governamental, quando encaminhada a esta Assembleia Legislativa em forma de projeto de lei, que deve ocorrer nos próximos dias. Isso não é o avanço total que as categorias queriam, mas é um grande avanço. É o maior avanço da história da instituição Segurança Pública, seja da Polícia Civil, seja da Polícia Militar, do IGP, enfim, de todas as categorias.

Então, é muito importante essa discussão, esse projeto que o governo encaminhará à Assembleia Legislativa.

Quero abordar outro assunto hoje. Depois de uma carreira de mais de 30 anos na Polícia Civil, de ter passado por todos os cargos que um delegado pode ocupar na instituição, vemos o jornal *A Notícia* trazendo matérias especiais sobre o tráfico de drogas. O tráfico de drogas no banco dos réus. Essas matérias retratam situações verdadeiras que acompanhamos no dia a dia do tráfico das drogas. Assim entendemos que o governo precisa investir na prevenção ao uso das drogas.

O jornal traz três relatos. Primeiro de uma pessoa que se recuperou, que saiu das drogas. Vou colocar aqui as palavras desse usuário de drogas: "Estou feliz, quero abrir meu próprio negócio, construir uma casa, ter estrutura para que a minha filha cresça e possa se orgulhar do seu pai". Essas são palavras de uma pessoa que abandonou o tráfico e o vício por amor à filha de dez meses.

Temos aqui o retrato de outro traficante e as suas palavras: "Não pense que vai viver no crime e ficar impune, porque não vai". Trata-se de um homem de 40 anos que foi preso duas vezes por tráfico e cumpre pena na penitenciária industrial de Joinville.

Então, há o depoimento de uma pessoa que saiu das drogas, está se mantendo firme em razão da família, dos seus princípios. Sabemos que a fé em Deus, a crença, ajuda muito. O outro depoimento é de uma pessoa que foi presa, saiu, mas persistiu no tráfico de drogas e está novamente presa.

Sempre digo que quem se envolve com as drogas, com sorte, vai para a cadeia, porque o normal é a morte. Ele mesmo diz que depois que entrou para o tráfico perdeu a paz, porque tinha medo da Polícia e tinha medo de outros traficantes, porque há uma disputa de áreas, brigas.

Vejam que entre 2000 e 2010, em Florianópolis, houve em torno de mil homicídios. Isso é questão para um clamor social muito grande. E por que isso não acontecia? Porque desse número de mil homicídios, em torno de 50 estavam relacionados à questão de desavenças ou pessoas que perdem a cabeça, e os outros 950 eram fruto do tráfico de drogas.

No caso de homicídio por tráfico de drogas, os próprios familiares já dizem: "Nós sabíamos que isso iria acontecer". A família já esperava por aquilo. Então, infelizmente, o grande número de homicídios que temos registrado em Santa Catarina e no Brasil refere-se ao tráfico de drogas e à criminalidade que existe entre os envolvidos com isso.

Portanto, temos o relato de uma pessoa que saiu das drogas e quer persistir numa vida fora das drogas e de outra que saiu, continuou a traficar, voltou para a prisão e hoje viu que o seu caminho é a prisão ou morrer. Aí vemos o seu arrependimento. Há também um terceiro que há 20 anos utiliza drogas, acha que não consegue sair, porque já parou algumas vezes. Ele foi ouvido pelos jornalistas e disse a eles, no início da conversa, que não havia usado drogas durante a semana, mas depois, no final da conversa, contou que na noite anterior havia utilizado drogas. E ainda disse que sempre falava para a rapaziada para não usarem drogas, para não entrarem nessa. Um homem com 39 anos, viciado em crack há 20 anos, com 1,92m de altura, com 66 quilos, porque a droga define a pessoa e acaba com a saúde de qualquer um. Um homem que já foi um profissional conceituado e hoje trabalha de caseiro. Segundo ele, o dinheiro que ganha usa para comprar a droga e não vê nenhuma perspectiva de vida.

Então, acho muito importante a reportagem que o jornal *A Notícia* faz sobre vidas marcadas pelas drogas e pela criminalidade.

Precisamos, através das escolas, da educação, dos trabalhos sociais, alertar e prevenir a nossa juventude para os problemas que causam esses vícios.

Em todos esses casos relatados a mãe é a mais sofredora, porque acredita que o filho vai se recuperar. Ela vai ao presídio e, muitas vezes, até tenta levar droga para o seu filho, porque acha que está ajudando. Então, são as mães, as famílias que mais sofrem com esse tipo de problema.

Quero parabenizar mais uma vez o jornal por essa série de reportagens. E que cada vez mais tenhamos mais pessoas envolvidas na prevenção, no combate, na orientação, sobre o uso das drogas.

Todas as drogas geram problemas, inclusive as que são vendidas legalmente, como o cigarro, bebida alcoólica, pois geram problemas para a saúde.

Quero registrar a presença do reitor da Udesc, que vai acompanhar a votação do projeto do novo plano de carreira.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PCDoB.

Com a palavra a sra. deputada Angela Albino, por até cinco minutos.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, srs. deputados, quero cumprimentar também o reitor da Udesc e todos que estão acompanhando, aqui, os trabalhos da Assembleia, para garantir a aprovação do projeto.

Eu queria falar sobre a CPI das Águas, inclusive tivemos uma importante audiência pública, mas vou usar esse tempo para tratar especificamente da questão dos agentes prisionais, aqui, em Santa Catarina.

Pelo visto, a pauta da Casa, hoje, é a segurança. E gostaria de agregar esse tema dos agentes prisionais, pois não é possível que o sistema possa prescindir desses profissionais.

Eu estive, com a comissão Mista Parlamentar de Combate à Violência em Santa Catarina, no presídio de São Pedro de Alcântara e percebemos a deficiência que é não poder contar com esses profissionais em um número minimamente razoável.

Recentemente, vários agentes prisionais fizeram concurso público e travam uma longa batalha jurídica para conseguir ter os seus cargos garantidos por nomeação.

No bojo da terceira onda de ataques que o estado de Santa Catarina viveu no começo deste ano, o governador do estado se comprometeu a trazer mais agentes prisionais. E insistimos que não era possível que isso se desse na forma de contratações temporárias, os ACTs, porque é uma área estratégica do estado. Inclusive, podemos ser surpreendidos por organizações de agentes criminosos colocando, sem concurso público, profissionais dentro dos presídios.

Reiteramos esse apelo ao governo que dizia que o problema estava no Judiciário. E a decisão foi construída dentro do Poder Judiciário, possibilitando, através de um esforço...

E quero deixar aqui registrar o empenho do desembargador João Henrique Blasi, de reunir todos os processos. Ele tinha uma disposição pessoal de contribuir e ver o caráter estratégico que têm os agentes prisionais. E é preciso dizer que vários deles exercem a profissão sob medida liminar.

Hoje, temos nas galerias da Casa, e aproveito para saudá-los, profissionais que passaram por concurso público, receberam formação de academia e, mais do que isso, têm decisão judicial determinando sua contratação, que publicamente, é preciso que se diga, o governo do estado disse que assim que o Judiciário resolvesse iria contratar. Pois bem, o Judiciário resolveu, e eles estão esperando a nomeação e continuam a esperar. O governo do estado não nomeou nenhum agente prisional depois que teve decisão judicial favorável. Ele já podia contratar esses profissionais que passaram por concurso público, e muitos deles já fizeram academia.

Qual é a nossa preocupação? Embora no Poder Executivo aqui de Santa Catarina tenha andado muito lenta a nomeação, dizemos muito lento por uma deferência poética, porque nem lento tem sido, mas completamente estagnada está essa nomeação, por outro lado, o governo tem agido com muita celeridade para fazer as contratações temporárias, tanto que no dia 9 de setembro já começam a academia dos contratados temporários.

Alguns casos, senhores, chamam a atenção. E quero destacar o espírito público de uma dessas pessoas aprovadas.

O Tribunal de Justiça estipulou para o governo do estado uma multa diária de R\$ 250,00 por dia. E se juntarmos durante 30 dias esse valor, dá quase três vezes o salário de um agente prisional, ou seja, estamos pagando sem usufruir desse trabalho.

Essa pessoa disse que sentia vergonha de fazer a execução dessa sentença, porque parece que está recebendo sem pagar.

Assim, aqui da tribuna reitero que não é uma questão de pagar ou não, mas de o governo do estado ser punido pela sua inércia, pois é o mesmo governo que disse que iria contratar os agentes prisionais. Não há óbice nenhum para o governo do estado contratar imediatamente quase 200 profissionais, dos quais desses vários já com decisão judicial e com a academia feita, depende apenas e exclusivamente de nomeação.

Portanto, o nosso apelo hoje ao governo do estado e particularmente para base do governo é que sensibilize o nosso governador para que faça essas contratações, pois aqui se comprometeu publicamente. E é preciso relembrar o início deste ano, porque há uma necessidade absoluta nas nossas unidades prisionais dessas contratações.

Quando estive no presídio de São Pedro de Alcântara, vi que sequer dispõem de Raios-X, que não tem condições de trabalho. E esse povo fez concurso para trabalhar, fez academia. Portanto, precisamos que o governador os contrate imediatamente, como determina inclusive a decisão judicial, para que possamos ter um estado de segurança em Santa Catarina.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o deputado Padre Pedro Baldissera, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, eu gostaria, em nome do Partido dos Trabalhadores, de trazer presente muitos assuntos, deputado Neodi Saretta. Um deles é que tive a oportunidade, no dia de ontem, de estar presente no município de Abdon Batista, onde existe uma população muito grande de pessoas, de famílias totalmente desprovidas e, por que não dizer, abandonadas, no que trata da construção da hidroelétrica no rio Canoas. Tive a oportunidade de acompanhar na tarde de ontem, através de uma assembleia realizada por mais de 400 pessoas que enfrentam neste momento uma realidade muito triste e muito dura.

A hidrelétrica Garibaldi, construída sobre o rio Canoas, atingiu mais de 1.330 famílias, entre elas proprietários, meeiros, arrendatários, diaristas, que vivem da atividade da agricultura ao longo do leito do rio Canoas. E por motivo que até impressionam, a Empresa Triunfo erra no cálculo do tamanho da dimensão da barragem. E erra nada mais nada menos do que cinco metros. Imaginem v.exas., parlamentares, povo que nos acompanha, tendo erro de cálculo de cinco metros, que avanço que tem no leito do rio.

Encontrei uma realidade muito dura, em que as estradas feitas recentemente pela empresa, para locomover as famílias, estão submersas. A rede elétrica, mudada pela Celesc, está embaixo d'água. As casas estão ilhadas, as famílias estão sem poder se locomover de um lado para outro. Até as roças de milho não permitem que os proprietários retirem o produto já pronto, porque a água veio imediatamente, e até os pinheiros estão totalmente submersos.

Portanto, é uma realidade cruel, injusta. E infelizmente percebemos que não há coração, não há sentimento humano por parte dos donos da empresa Triunfo. E o Ministério Público, da mesma forma, também ignora a realidade enfrentada por aquelas famílias.

Vivemos um caos. São famílias totalmente atordoadas, vivendo uma situação de depressão, de aborrecimento, de tristeza, diante da situação que estão enfrentando e vivendo.

Fiz contato, agora, ao meio-dia, com o dr. Marcelo, do Ministério Público Federal, para imediatamente tomar providências, porque não podemos mais permitir uma realidade como esta, de famílias vivendo essa realidade cruel. Além de expropriar as famílias, elas não têm nenhuma garantia de direitos, então, é preciso que se tomem providências.

A Fatma permitiu a licença para que fosse feito o lago com dimensões enormes de crimes ambientais, mas agora fecha os olhos, fecha a consciência e permite injustiças desse tamanho com aquelas famílias.

Não podemos permitir isso! É preciso imediatamente que tomem providências.

Estão lá inúmeras famílias acampadas. E vejam: se erram um cálculo de cinco metros no alagamento da barragem, qual é a confiabilidade que vamos dar a essa barragem? Quem erra um cálculo desses, pode errar também no cálculo, na formação, na fundamentação daquela barragem. E de repente, amanhã ou depois, pode estourar a barragem, alagar e matar milhares de pessoas.

Ainda bem que o dr. Marcelo, do Ministério Público Federal, garantiu que imediatamente tomará iniciativas e encaminhará uma equipe técnica para averiguar in loco a situação e tomar providências.

Estarei acompanhando de perto essa triste realidade. E esperamos que possa buscar soluções e que se possa pelo menos amenizar a realidade e a vida enfrentada por aquelas famílias.

Fora esse fato lamentável e triste, que causa indignação a todo ser humano, a todas as pessoas que têm consciência, que têm dignidade, gostaria de fazer o registro de que o governo federal, através da presidente Dilma Rousseff, tem liberado para o estado de Santa Catarina R\$ 1 bilhão para o combate às cheias. Essa é uma notícia extremamente positiva, boa, para o nosso estado, no encontro entre o governador do nosso estado, Raimundo Colombo, com o ministro da Integração Nacional, Fernando Bezerra Coelho.

Então, ficou consolidado que 50% correspondente a R\$ 1 bilhão e 50% de outro R\$ 1 bilhão dos cofres do estado estarão sendo investidos exatamente nos próximos dois anos, três anos ao combate às cheias, no nosso estado.

Outra notícia também extremamente positiva e importante é o governo federal,

através da presidente Dilma Rousseff, ter anunciado, em Minas Gerais, no município de São João Del Rei, um aporte R\$ 1.600,00 bilhão para cidades históricas do nosso país.

Foram contemplados os municípios de Florianópolis e Laguna, com o montante de R\$ 38.500,00 milhões, sendo que Florianópolis receberá R\$ 19.700,00 milhões e Laguna R\$ 18.800,00 milhões, exatamente para fazer alguns trabalhos de requalificação, restauração, de vários patrimônios históricos desses dois municípios.

Portanto, é um investimento extremamente importante e ao mesmo tempo também certamente ajudará a esses dois municípios.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o deputado Sílvio Dreveck, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO SÍLVIO DREVECK - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, venho à tribuna, no dia de hoje, para falar sobre a preocupação dos estados do sul, incluindo também Rio Grande do Sul e Paraná, que no último encontro do Codesul trataram da situação de energia, mais precisamente do gás natural.

Algumas empresas catarinenses, inclusive da minha região, São Bento do Sul, estão-se deslocando para o nordeste brasileiro em função da capacidade de gás que é fornecido pela SCGás, que tem, por sua vez, um contrato com a Petrobras. E, automaticamente, esse gás que vai para o sul, para Santa Catarina, entre outros estados, é o gás que vem da Bolívia, sr. presidente, e a capacidade desse gasoduto está no seu limite. Portanto, com isso, empresas estão deixando o sul, o nosso estado, e indo para o nordeste. Além de outras razões, um fator é esse limite que está praticamente comprometido.

Vejam que isso é preocupante e tanto o governador de Santa Catarina quanto os governadores do Rio Grande do Sul e do Paraná estão pleiteando esse aumento do fornecimento do gás natural já há dois anos. E o próprio presidente da SCGás afirma isso.

E o que aconteceu nos últimos anos? O governo fez algumas alterações, as empresas iniciaram a sua produção, deputado Taxista Voltolini, consumindo energia, mas que depois foi substituída pelo óleo diesel. Depois houve a crise do petróleo e o governo incentivou o uso do gás natural. E agora não há gás natural suficiente para o momento e para o futuro. Tanto é que há 60 pedidos de indústrias que já solicitaram aumento do gás para projetos futuros. Não vou citar aqui o nome de cada uma, mas são várias indústrias que estão solicitando o aumento do gás natural por conta de ampliar o seu parque fabril dentro do estado. E o que estamos percebendo é que não há, a curto prazo, algum estudo que crie alguma perspectiva de que o gás natural para Santa Catarina venha a contemplar, mesmo a médio prazo... E fala-se que a longo prazo é que poderá ser suprido o problema.

Portanto, é um tema relevante, preocupante, porque a indústria, não só pelo fato de gerar empregos, de gerar renda, de criar oportunidades, é uma alavanca, ou seja,

uma locomotiva de outras atividades que oportunizam serviços, comércio e várias atividades, inclusive o próprio turismo, pela venda de produtos ofertados.

Ora, se não produzirmos em Santa Catarina, outros estados, outras regiões, poderão atrair essas empresas, os seus futuros negócios, por conta dessa ausência, ou seja, dessa falta de energia que é o gás natural, que além de ser menos poluente tem um custo menor. E todas essas empresas que aderiram ao gás natural, que foi incentivado na época, e certamente que foi bom, e que é bom, ao mesmo tempo sofreram um processo de transformação, dentro do seu parque fabril, dentro das suas indústrias, para conseguir utilizar o gás.

Então, seria lamentável, se não houver a celeridade das decisões, por parte da Petrobras, de não aumentar a distribuição para o sul do Brasil, em especial para Santa Catarina que tem a sua economia, grande parte da sua economia, fundamentada na indústria e com uma indústria muito diversificada.

Então, o setor, tanto cerâmico como de fabricação de aço e tantas outras empresas que utilizam o gás natural, optou por essa energia, por várias razões, e agora está nessa dificuldade, com essa preocupação.

Vão continuar investindo? Onde investir? Vão continuar em Santa Catarina? Se evidentemente não se estender ou houver morosidade para que a Petrobras tome a decisão de aumentar a distribuição para Santa Catarina, poderemos perder grandes investimentos no estado, automaticamente estamos perdendo oportunidades de empregos, oportunidades de renda, agregação de valor de um modo geral, inclusive com aumento de receita de impostos. E evidentemente que isso traz efeitos não só econômicos mas também sociais para os catarinenses.

É válida a preocupação, o encontro, a reunião, tanto dos governadores quanto da participação principalmente da Fiesc e da SCGás, numa ação forte junto ao governo federal, para que tomem essa decisão em favor da população catarinense, em favor da sociedade catarinense.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Ainda dentro do horário destinado aos Partidos Políticos, os próximos minutos estão destinados ao PSDB.

(Pausa)

Não havendo interessados em fazer uso da palavra, os próximos minutos estão destinados ao PMDB.

(Pausa)

Não há mais interessados em fazer uso da palavra.

Passaremos à Ordem do Dia.

A Presidência comunica que a comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público apresentou parecer contrário ao ofício n. 0099/2012, de entidade social, e que o mesmo terá seu encaminhamento conforme Regimento Interno.

Esta Presidência comunica também que a comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer favorável ao Ofício n. 0224/2013.

O Sr. Deputado Dado Cherm - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dado Cherm.

O SR. DEPUTADO DADO CHEREM - Sr. presidente, gostaria de fazer um apelo aos demais colegas que estivessem presentes para a votação do projeto de lei da Udesc, pois precisamos de 21 votos em plenário.

Então, se v.exa. fizesse um apelo para que os deputados que estão na Casa pudessem comparecer, seria muito importante.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Solicitamos a todos os parlamentares que estão em seus gabinetes que compareçam ao plenário para a votação, pois temos matérias que dependem de quórum qualificado.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0044/2011, de autoria do deputado Carlos Chiodini.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0115/2013, de autoria do deputado Maurício Eskudlark.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0192/2013, de autoria do deputado Maurício Eskudlark.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0229/2013, de autoria do deputado Marcos Vieira.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0308/2013, de autoria do deputado Maurício Eskudlark.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

O Sr. Deputado Gelson Merisio - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Gelson Merisio.

O SR. DEPUTADO GELSON MERISIO - Muito obrigado, deputado Romildo Titon. Como temos um projeto que necessita de maioria absoluta para votar e ainda não são 16h, sugeriria a v.exa. que tão logo termine esses projetos que podem ser votados agora fosse suspensa a Ordem do Dia, para que os deputados cheguem a plenário às 16h, para que possamos votar o projeto da Udesc.

Então, é uma sugestão que faço a v.exa., para que possamos proceder dessa maneira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Atendido o seu pedido, deputado Gelson Merisio, vamos proceder a essas votações e, posteriormente, fazemos a suspensão.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0045/2013, de autoria do deputado Marcos Vieira, que denomina Rodovia Moacir Coradi o trecho da rodovia SC-355, compreendido entre o município de Jaborá e a BR-153.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça e da de Transportes e Desenvolvimento Urbano.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei 0098/2013, do deputado Pedro Baldissera, que institui a Semana Estadual de Cidadania, no âmbito do estado de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça e da de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0107/2013, de autoria da bancada do PMDB, que cria a Semana Estadual de Mobilidade Urbana.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça e da de Transportes e Desenvolvimento Urbano.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei 0125/2013, de autoria do deputado Marcos Vieira, que denomina Rodovia Francisco Arcanjo Grillo o trecho da rodovia SC-402, compreendido entre o trecho de entroncamento da SC-402 e o Balneário Daniela, em Florianópolis.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça e da de Transportes e Desenvolvimento Urbano.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei 0177/2013, de autoria do deputado Dirceu Dresch, que dispõe sobre a estadualização da rodovia municipal que liga os municípios de Ipumirim e Xavantina e adota outras providências.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça, da de Finanças e Tributação e da de Transportes e Desenvolvimento Urbano.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei 0255/2013, de autoria do deputado Aldo Schneider, que denomina Raul Goedert a rodovia que faz a ligação entre o município de Imbuia ao entroncamento com a rodovia SC-350.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça e da de Transportes e Desenvolvimento Urbano.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Há o requerimento do deputado Gelson Merisio, para que seja suspensa a sessão por 15 minutos, a fim de que os deputados possam comparecer ao plenário, para termos quórum qualificado na deliberação das demais matérias.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, quero registrar a presença do prefeito Raul Ribas, de Matos Costa, e do secretário de Esportes do município, que nos visitam no dia de hoje, desejando-lhes boas-vindas.

A Sra. Deputada Angela Albino - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Angela Albino.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, a preocupação de todos nós era ter quórum, e nesse meio tempo o quórum se fez. Peço para confirmar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Solicito aos srs. parlamentares que façam o registro da presença no painel eletrônico.

DEPUTADA ALDO SCHNEIDER presente

DEPUTADA ANA PAULA LIMA

DEPUTADA ANGELA ALBINO

DEPUTADO ANTONIO AGUIAR

DEPUTADO ARNALDO MORAES

DEPUTADO CARLOS CHIODINI

DEPUTADO CIRO ROZA

DEPUTADO DADO CHEREM

DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT

DEPUTADO DIRCEU DRESCH

DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI

DEPUTADO EDISON ANDRINO

DEPUTADO GELSON MERISIO

DEPUTADO GILMAR KNAESEL

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS

DEPUTADO JAILSON LIMA

DEPUTADO JEAN KUHLMANN

DEPUTADO JOARES PONTICELLI

DEPUTADO JORGE TEIXEIRA

DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI

DEPUTADO KENNEDY NUNES

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI

DEPUTADO MANOEL MOTA

DEPUTADO MARCOS VIEIRA

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK

DEPUTADO MAURO DE NADAL

DEPUTADO MOACIR SOPELSA

DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO

DEPUTADO NEODI SARETTA

DEPUTADO NILSON GONÇALVES

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA

presente

DEPUTADO RENATO HINNIG

presente

DEPUTADO RENO CARAMORI

presente

DEPUTADO ROMILDO TITON

presente

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES

presente

DEPUTADO SERAFIM VENZON

presente

DEPUTADO SILVIO DREVECK

presente

DEPUTADO TAXISTA VOLTOLINI

presente

DEPUTADO VALMIR COMINN

presente

DEPUTADO VOLNEI MORASTONI

presente

Há quórum para deliberação das matérias.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei Complementar n. 0028/2013, de autoria governamental, que altera a Lei Complementar n. 345, de 2006, que dispõe sobre o Plano de Carreiras dos Servidores da Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc) e estabelece outras providências.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, Finanças e Tributação e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a matéria e os que votarem "não" rejeitam-na.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADA ALDO SCHNEIDER

sim

DEPUTADA ANA PAULA LIMA

sim

DEPUTADA ANGELA ALBINO

sim

DEPUTADO ANTONIO AGUIAR

sim

DEPUTADO ARNALDO MORAES

sim

DEPUTADO CARLOS CHIODINI

sim

DEPUTADO CIRO ROZA

sim

DEPUTADO DADO CHEREM

sim

DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT

sim

DEPUTADO DIRCEU DRESCH

sim

DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI

sim

DEPUTADO EDISON ANDRINO

sim

DEPUTADO GELSON MERISIO

sim

DEPUTADO GILMAR KNAESEL

sim

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS

sim

DEPUTADO JAILSON LIMA

sim

DEPUTADO JEAN KUHLMANN

sim

DEPUTADO JOARES PONTICELLI

sim

DEPUTADO JORGE TEIXEIRA

sim

DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI

sim

DEPUTADO KENNEDY NUNES

sim

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI

sim

DEPUTADO MANOEL MOTA

sim

DEPUTADO MARCOS VIEIRA

sim

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK

sim

DEPUTADO MAURO DE NADAL

sim

DEPUTADO MOACIR SOPELSA

sim

DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO

sim

DEPUTADO NEODI SARETTA

sim

DEPUTADO NILSON GONÇALVES

sim

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA

sim

DEPUTADO RENATO HINNIG

sim

DEPUTADO RENO CARAMORI

sim

DEPUTADO ROMILDO TITON

sim

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES

sim

DEPUTADO SERAFIM VENZON

sim

DEPUTADO SILVIO DREVECK

sim

DEPUTADO TAXISTA VOLTOLINI

sim

DEPUTADO VALMIR COMIN

sim

DEPUTADO VOLNEI MORASTONI

sim

Está encerrada a votação.

Votaram 24 srs. deputados.

Temos 24 votos "sim" e nenhum voto "não".

A matéria está aprovada.

Antes de encerrar a presente sessão, convoco outra, extraordinária, para as 15h57.

Esta encerrada a sessão.

ATOS DA MESA

ATO DA MESA DL

ATO DA MESA Nº 039-DL, de 2013

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, em conformidade com o disposto no art. 50 do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONCEDE autorização ao Senhor Deputado Gelson Merisio para ausentar-se do País, no período de 26 de setembro a 10 de outubro do corrente ano, sem remuneração, em caráter particular.

PALÁCIO BARRIGA VERDE, em Florianópolis, 25 de setembro de 2013.

Deputado JOARES PONTICELLI - Presidente

Deputado Kennedy Nunes - 1º Secretário

Deputado Manoel Mota - 3º Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA

ATO DA MESA Nº 570, de 26 de setembro de 2013

Altera o Quadro de Detalhamento de Despesa do Orçamento da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo nos incisos XVIII e XIX e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

Art. 1º Fica anulado parcialmente na importância de R\$ 6.052.900,00 (seis milhões, cinqüenta e dois mil e novecentos reais), nas atividades abaixo discriminadas, os seguintes elementos de despesa:

01000	ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO		
01001	ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO		
Atividade	01.031.0820.0320.1128		
Elemento/Fonte	449052 - 100	R\$	1.200.000,00
Sub-Total		R\$	1.200.000,00
Atividade	01.122.0920.0704.1138		
Elemento/Fonte	319091 - 100	R\$	371.900,00
Elemento/Fonte	319092 - 100	R\$	500.000,00
Elemento/Fonte	319096 - 100	R\$	600.000,00
Elemento/Fonte	319192 - 100	R\$	500.000,00
Elemento/Fonte	339008 - 100	R\$	100.000,00
Elemento/Fonte	339113 - 100	R\$	500.000,00
Elemento/Fonte	339015 - 100	R\$	1.281.000,00
Elemento/Fonte	339014 - 100	R\$	1.000.000,00
Sub-Total		R\$	4.852.900,00
Total		R\$	6.052.900,00

Art. 2º Por conta dos recursos a que se refere o artigo anterior, ficam suplementados nas atividades abaixo discriminadas, os seguintes elementos de despesa:

01000	ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO		
01001	ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO		
Atividade	01.031.0820.0320.1128		
Elemento/Fonte	339030 - 100	R\$	200.000,00
Elemento/Fonte	339039 - 100	R\$	1.000.000,00
Sub-Total		R\$	1.200.000,00
Atividade	01.122.0920.0704.1138		
Elemento/Fonte	319012 - 100	R\$	1.500.000,00
Elemento/Fonte	319016 - 100	R\$	300.000,00
Elemento/Fonte	319094 - 100	R\$	20.000,00
Elemento/Fonte	319196 - 100	R\$	300.000,00
Elemento/Fonte	339005 - 100	R\$	100.000,00
Elemento/Fonte	319013 - 100	R\$	1.982.900,00
Elemento/Fonte	319113 - 100	R\$	650.000,00
Sub-Total		R\$	4.852.900,00
Total		R\$	6.052.900,00

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Deputado **JOARES PONTICELLI** - Presidente

Deputado Kennedy Nunes - Secretário

Deputado Manoel Mota - Secretário

*** X X X ***

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

ATA DE COMISSÃO PERMANENTE

ATA DA 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA, REFERENTE À 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA.

Às onze horas, do dia onze de setembro de dois mil e treze, reuniram-se sob a Presidência do Deputado José Nei Ascari, os Deputados: Antonio Aguiar, Dirce Heiderscheidt, Luciane Carminatti, Serafim Venzon e Taxista Voltolini. Dando início aos trabalhos, o Presidente da Comissão submeteu à votação a ata da terceira reunião ordinária, realizada em vinte e um de agosto de dois mil e treze. Não havendo manifestação contrária, declarou-a aprovada por unanimidade. Na sequência, o Presidente submeteu à votação os pareceres de aprovação dados aos ofícios de prestação de contas, para manutenção do título de utilidade pública das seguintes instituições: Of./0045.0/2013 da APAE de Imbuia; Of./0047.1/2013 da APAE de Tubarão; Of./0121.5/2013 da APAE de Taió; Of./0148.5/2013 da APAE de São João do Sul; Of./0233.1/2013 da APAE de Guarujá do Sul; Of./0287.4/2013 da APAE de Lages; Of./0288.5/2013 da AMA de Joinville; Of./0292.1/2013 da APAE de Blumenau; Of./0294.3/2013 da APAE de Pomerode; Of./0297.6/2013 da APAE de Gaspar; Of./0335.6/2013 da APAE de Papanduva; Of./0366.2/2013 da APAE de Santa Cecília; Of./0423.5/2013 da APAE de Lauro Müller; Of./0424.6/2013 da APAE de Sangão; Of./0436.0/2013 da APAE de Quilombo; Of./0464.3/2013 da APAE de Vargem Bonita; Of./0477.8/2013 da APAE de Paulo Lopes; Of./0485.8/2013 da APAE de Tangará; Of./0492.7/2013 da APAE de Iporã do Oeste; Of./0534.0/2013 da APAE de Piçarras; Of./0537.3/2013 da APAE de São Martinho; Of./0550.0/2013 da APAE de Angelina; Of./0551.1/2013 da APAE de Imbituba; Of./0553.3/2013 da APAE de Garopaba; Of./0563.5/2013 da APAE de Ilhota; Of./0564.6/2013 da APAE de Porto União; Of./0568.0/2013 da APAE de São João Batista; Of./0569.0/2013 da APAE de Canoinhas; Of./0573.7/2013 da Associação Catarinense para Integração do Cego, de Florianópolis; Of./0581.7/2013 da APAE de Ponte Serrada; Of./0583.9/2013 da APAE de São Domingos; Of./0584.0/2013 da APAE de Urupema; Of./0585.0/2013 da APAE de Witmarsum; Of./0650.3/2013 da APAE de Apiúna; Of./0653.6/2013 da APAE de Joinville. Os pareceres foram aprovados por unanimidade. Da mesma forma, foram aprovados por unanimidade os pareceres que requereram diligência aos ofícios de prestação de contas das seguintes instituições: Of./0530.7/2012 da Associação Vida Ativa São José, de Criciúma; Of./0007.4/2013 da APAE de Balneário Barra do Sul; Of./0246.6/2013 da Associação de Pais e Amigos dos Deficiente Auditivos e Visuais de Xanxerê; Of./0284.1/2013 da APAE de Balneário Camboriú; Of./0306.1/2013 da APAE de Catanduvas; Of./0328.7/2013 da APAE de Mondai; Of./0355.0/2013 da Cooperativa Social de Pais, Amigos e Portadores de Deficiência de Florianópolis; Of./0402.0/2013 da APAE de Bela Vista do Toldo; Of./0421.3/2013 da APAE de Caibi; Of./0503.4/2013 da Associação Joinvillense de Apoio e Inclusão de Criança Especial, de Joinville; Of./0538.4/2013 da APAE de Tunápolis; Of./0552.2/2013 da APAE de Major Vieira; Of./0556.6/2013 da APAE de Palma Sola; Of./0565.7/2013 da APAE de Camboriú; Of./0605.9/2013 da Associação Vida Ativa São José, de Criciúma; Of./0639.8/2013 da APAE de Porto Belo. Em seguida, o Presidente passou a palavra aos demais Deputados para suas manifestações. O Deputado Serafim Venzon destacou a importância do trabalho que vem sendo realizado pela Comissão, e acrescentou ser uma das Comissões com maior movimentação na Assembleia, cuja demanda social ficou por muitos anos reprimida, e cumprimentou o Presidente por estar agindo efetivamente nessa área. O Presidente agradeceu e acrescentou que as ações da Comissão se devem à contribuição de todos os Deputados membros da Comissão, assim como das entidades parceiras da Assembleia nessa causa, e aproveitou para registrar a presença na reunião do Vice-Presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência de Santa Catarina (CONEDE-SC), José Augusto Meier Gochinski. Em seguida, o Deputado Antonio Aguiar parabenizou todos os membros da Comissão e o Presidente pela realização do Seminário no município de Canoninhas, e acrescentou que os conhecimentos adquiridos no Seminário possibilitaram a ele que transmitisse informações sobre acessibi-

lidade em evento no INTO, no Rio de Janeiro, do qual participou. O Presidente agradeceu a comunicação do Deputado Antonio Aguiar e passou a palavra ao Vice-Presidente do CONEDE-SC. O Vice-Presidente apresentou a nova gestão do CONEDE-SC, informando que a presidência e vice-presidência, agora, são funções exercidas por representantes da sociedade civil, atendendo à demanda anterior existente no Conselho, e as funções de secretaria são exercidas por representantes governamentais. Comunicou que é desejo do CONEDE-SC acompanhar sempre o trabalho da Comissão para que consigam fazer o melhor para as pessoas com deficiência. Além disso, comunicou que é, também, objetivo do CONEDE-SC capacitar os seus conselheiros, e solicitou a parceria da Comissão para viabilizar essa capacitação. O Presidente agradeceu e confirmou a parceria. Informou sobre outras parcerias que já vêm sendo realizadas pela Comissão, dentre elas, a com o Instituto Guga Kuerten, para o Curso de Cuidadores Terapêuticos, cujo encerramento será realizado neste mesmo dia; com a Associação Florianopolitana de Deficientes Físicos, para realização de evento no dia dezanove de setembro, com exposição, palestra e desfile com a presença do ator Kadu Moliterno. Comunicou, ainda, a realização nos dias sete e oito de novembro, do II Seminário de Prevenção de Deficiências do Litoral Norte de Santa Catarina, no auditório da UNIVALI, em Balneário Camboriú. Informou, em seguida, que a contratação dos estagiários com deficiência do Programa ALESC Inclusiva está em andamento. E, por fim, colocou à disposição dos demais membros da Comissão, a cartilha com dicas de relacionamento com as pessoas com deficiência, elaborada pela Assembleia, por meio da Comissão. Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Comissão declarou encerrada a reunião, da qual eu, Larissa Garcia Martins, Chefe de Secretaria da Comissão, lavei a presente ata, que após ser lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada no Diário da Assembleia Legislativa. Sala das Comissões em onze de setembro de dois mil e treze.

José Nei Alberton Ascari
Presidente

Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência
*** X X X ***

EXTRATOS

EXTRATO Nº 212/2013

REFERENTE: Contrato CL nº 070/2013-00, celebrado em 17/09/2013.
CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.
CONTRATADA: Coan Indústria Gráfica Ltda.
OBJETO: Aquisição de 5000 cartilhas referentes às comemorações do centenário do artista plástico Willy Zumblick.
VALOR: R\$ 7.050,00
FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 8.666 de 21/6/1993 e suas alterações, que regulamenta o Art. 37, inciso XXI da Constituição Federal de 1988; Lei nº 10.520 de 17/7/2002; Lei Complementar nº 123 de 14/12/2006 e Autorização para Processo Licitatório nº 85/2013, partes integrantes deste instrumento, assim como todas as cláusulas e condições contidas nas peças que o compõe e Edital de Pregão Presencial nº 022/2013.
Florianópolis, 25 de setembro de 2013.
Deputado Joares Ponticelli - Presidente ALESC
Elidio Tadeu Bongioiolo - Sócio

*** X X X ***

EXTRATO Nº 213/2013

REFERENTE: Inexigibilidade nº 056/2013 celebrado em 16/09/2013.
CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.
CONTRATADA: Grupo Folclórico Lichtenschein.
OBJETO: Aquisição de cota de participação correspondente a espaço físico, no tamanho de 12m², para referente à participação da ALESC no IV FESTIVAL DA CANÇÃO REGIONAL E V FESTIVAL MUNICIPAL DA CANÇÃO DE GUARACIABA, que acontecerá na cidade de Guaraciaba nos dias 30 e 31 de agosto/2013, atendendo a solicitação do Gabinete da Presidência.
VALOR: R\$ 8.000,00
FUNDAMENTO LEGAL: art. 25, "caput", combinado com o art. 13, inciso V, da Lei nº 8.666/93 e Autorização Administrativa para Processo Licitatório nº 093/2013 - LIC.

ITEM ORÇAMENTÁRIO: Ação 1144 (Manutenção de Serviços Administrativos Gerais) e Item Orçamentário 3.3.90.39.99 (Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica), subelemento 3.3.90.39.55 (Patrocínio)

Florianópolis, 25 de setembro de 2013.

Joares Ponticelli - Presidente ALESC

*** X X X ***

EXTRATO Nº 214/2013

REFERENTE: Contrato CL nº 073/2013-00, celebrado em 16/09/2013.

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

CONTRATADA: Grupo Folclórico Lichtenschein.

OBJETO: Aquisição de cota de participação com uso de espaço físico para colocação de *banner* e símbolo/logomarca da ALESC no **IV Festival da Canção Regional e V Festival da Canção de Guaraciaba**, que ocorreu no município de Guaraciaba no período de 30 e 31 de agosto de 2013, incluindo stand com 12 m².

VALOR: R\$ 8.000,00

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 25, "caput", da Lei nº 8.666/93; Autorização Administrativa para Processo Licitatório nº 00092/2013-LIC; Inexigibilidade de Licitação nº 056/2013.

Florianópolis, 25 de setembro de 2013.

Deputado Joares Ponticelli - Presidente ALESC

Orlando Fuchs- Presidente

*** X X X ***

EXTRATO Nº 215/2013

REFERENTE: Inexigibilidade nº 057/2013 celebrado em 19/09/2013.

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

CONTRATADA: B21 Negócios Ltda.

OBJETO: Aquisição cota de participação e de espaço físico na 5ª edição do Seminário Sul Brasileiro de Marketing e Comunicação Mídia Sul 2013 que acontecerá no Centro de Eventos da FIESC, Florianópolis/SC, no período de 26 a 27 de setembro do corrente ano.

VALOR: R\$ 40.000,00

FUNDAMENTO LEGAL: art. 25, "caput", combinado com o art. 13, inciso V, da Lei nº 8.666/93 e Autorização Administrativa para Processo Licitatório nº 00092/2013 - LIC -

ITEM ORÇAMENTÁRIO: Ação 1144 (Manutenção de Serviços Administrativos Gerais) e Item Orçamentário 3.3.90.39.00 (Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica), subelemento 3.3.90.39.55 (Patrocínio).

Florianópolis, 25 de setembro de 2013.

Joares Ponticelli - Presidente ALESC

*** X X X ***

EXTRATO Nº 216/2013

REFERENTE: Contrato CL nº 077/2013-00, celebrado em 19/09/2013.

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

CONTRATADA: B21 Negócios Ltda.

OBJETO: aquisição cota de participação e de espaço físico na **5ª edição do Seminário Sul Brasileiro de Marketing e Comunicação Mídia Sul 2013** que acontecerá no Centro de Eventos da FIESC, Florianópolis/SC, no período de 26 a 27 de setembro do corrente ano.

VALOR: R\$ 40.000,00

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 25, "caput", da Lei nº 8.666/93; Autorização Administrativa para Processo Licitatório nº 092/2013-LIC; Inexigibilidade de Licitação nº 057/2013;

Florianópolis, 25 de setembro de 2013.

Deputado Joares Ponticelli - Presidente ALESC

João Carlos Bordin- Sócio Administrador

*** X X X ***

MENSAGEM GOVERNAMENTAL

ESTADO DE SANTA CATARINA

GABINETE DO GOVERNADOR

MENSAGEM Nº 1022

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO

No uso da competência que me é outorgada pelo § 1º do art. 54 da Constituição do Estado, comunico a esse colendo Poder Legislativo que decidi vetar totalmente o autógrafo do projeto de lei nº 044/2011, que "Dispõe sobre a obrigatoriedade de os estabelecimentos comerciais do Estado de Santa Catarina, onde havia consumo de bebidas, disponibilizarem canudos plásticos higienizados e embalados individualmente e adota outras providências", por ser inconstitucional, ao tratar de matéria cuja iniciativa é privativa do Poder Executivo, violando, assim, o disposto nos arts. 32, 50, §2º, inciso VI, e 71, inciso IV, alínea "a", da Constituição do Estado (arts. 2º, 61, §1º inciso II, alínea "e", e 84, inciso VI, alínea "a", da Constituição da República, respectivamente), e afrontando o princípio da independência e harmonia dos poderes.

Essa, senhores Deputados, é a razão que me levou a vetar o projeto em causa, a qual submeto à elevada apreciação dos senhores Membros da Assembleia Legislativa.

Florianópolis, 16 de setembro de 2013.

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO

Governador do Estado

Lido no Expediente

Sessão de 24/09/13

AUTÓGRAFO DO PROJETO DE LEI Nº 044/2011

Dispõe sobre a obrigatoriedade de os estabelecimentos comerciais do Estado de Santa Catarina, onde haja consumo de bebidas, disponibilizarem canudos plásticos higienizados e embalados individualmente e adota outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

DECRETA:

Art. 1º Os estabelecimentos localizados no território catarinense que comercializam bebidas para consumo no local deverão disponibilizar canudos plásticos higienizados e embalados individualmente para o uso de sua clientela.

Parágrafo único. Os estabelecimentos devem manter os canudos plásticos em local de fácil visualização e acesso.

Art. 2º A inobservância ao disposto nesta Lei sujeitará o estabelecimento infrator às seguintes sanções:

I - advertência por escrito da autoridade competente; e

II - multa de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) por infração, dobrada a cada reincidência até a terceira, a qual será reajustada, anualmente, com base na variação do Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M/FGV), ou por índice que vier a substituí-lo.

Art. 3º Esta Lei será regulamentada no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da data de sua publicação, nos termos do inciso III do art. 71 da Constituição do Estado.

Parágrafo único. Os estabelecimentos previstos no *caput* do art. 1º desta Lei terão o prazo de 90 (noventa) dias, a contar da sua regulamentação, para se adaptarem ao estabelecido nesta Lei.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 27 de agosto de 2013.

Deputado **JOARES PONTICELLI** - Presidente

Deputado Kennedy Nunes - 1º Secretário

Deputado Jailson Lima - 4º Secretário

*** X X X ***

OFÍCIOS

OFÍCIO Nº 676/13

Of. 35/13 Florianópolis, 23 de setembro de 2013
Encaminha documentação para manutenção de título de reconhecimento de utilidade pública da Associação Catarinense de Assistência ao Mucoviscidótico, de Florianópolis, referente ao exercício de 2012.

Kelvin Jacob Warmeling

Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 25/09/13

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 677/13

Saudades, 20 de Setembro de 2013
Solicita a alteração da Lei nº 1.152, de 1954, que declara de utilidade pública a Sociedade Hospitalar Beneficente de Saudades.

Celito José Werlang

Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 25/09/13

*** X X X ***

PORTARIAS

PORTARIA Nº 2254, de 26 de setembro de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR OSÉIAS AVANCINI para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-11, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Ciro Marcial Roza - Itajaí).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2255, de 26 de setembro de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **CLAUDIOMIRO DOS SANTOS**, matrícula nº 3436, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-22, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de outubro de 2013 (Gab Dep Narcizo Parisotto).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2256, de 26 de setembro de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR a servidora **MANOELA DE OLIVEIRA STOETERAU WALLIN**, matrícula nº 6942, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-34, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de outubro de 2013 (Gab Dep Kennedy Nunes).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2257, de 26 de setembro de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR MANOELA DE OLIVEIRA STOETERAU WALLIN, matrícula nº 6942, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-35, Atividade Administrativa Interna, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 1º de outubro de 2013 (Gab Dep Kennedy Nunes).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2258, de 26 de setembro de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **LUIZ KORB**, matrícula nº 6544, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-40, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de outubro de 2013 (Gab Dep Jailson Lima da Silva).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2259, de 26 de setembro de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

LOTAR a servidora **CLAUDIA FERNANDES DE SOUZA**, matrícula nº 7183, na MD - Consultoria Legislativa, a contar de 1º de outubro de 2013.

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2260, de 26 de setembro de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

LOTAR a servidora **LARISSA GARCIA MARTINS**, matrícula nº 6867, na DRH - Coordenadoria de Estágios Especiais, a contar de 1º de outubro de 2013.

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2261, de 26 de setembro de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

LOTAR o servidor **WALMIR DE OLIVEIRA MATOS**, matrícula nº 2787, na DL - CC - Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, a contar de 1º de outubro de 2013.

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2262, de 26 de setembro de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

FAZER CESSAR os efeitos da Portaria nº 2200, de 11 de setembro de 2013, que designou em substituição a servidora **JANAÍNA MELLA**, matrícula nº 7178, a contar de 1º de outubro de 2013.

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2263, de 26 de setembro de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

LOTAR a servidora **JANAÍNA MELLA**, matrícula nº 7178, na DRH - Coordenadoria de Atos e Registros Funcionais, a contar de 1º de outubro de 2013.

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2264, de 26 de setembro de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

LOTAR a servidora **ALINE COVOLO RAVARA**, matrícula nº 7185, na DL - CC - Comissão de Direitos Humanos, a contar de 1º de outubro de 2013.

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2265, de 26 de setembro de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e tendo em vista o que consta do Processo nº 2161/2013,

RESOLVE:

RETIFICAR nos assentamentos funcionais, o nome da servidora **TEREZINHA RODRIGUES GONCALVES**, matrícula 2065, fazendo constar como sendo **TERESINHA RODRIGUES GONCALVES**, conforme consta da Carteira de Identidade, RG 261.944, SSP/SC.

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2266, de 26 de setembro de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 3º, IV, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e em conformidade com a Resolução nº 967, de 11 de dezembro de 2002,

DESIGNAR os servidores abaixo relacionados para realizar os procedimentos previstos no Edital de Pregão nº 028/2013.

Matr	Nome do Servidor	Função
3748	Evandro Carlos dos Santos	Pregoeiro
1877	Antonio Henrique Costa Bulcão Vianna	Pregoeiro substituto
0775	Adriana Lauth Gualberto	Equipe de apoio
1998	Bernadete Albani Leiria	
1332	Hélio Estefano Becker Filho	
0947	Valter Euclides Damasco	
1039	Victor Inácio Kist	

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2267, de 26 de setembro de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 3º, IV, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e em conformidade com a Resolução nº 967, de 11 de dezembro de 2002,

DESIGNAR os servidores abaixo relacionados para realizar os procedimentos previstos no Edital de Pregão nº 029/2013.

Matr	Nome do Servidor	Função
1877	Antonio Henrique Costa Bulcão Vianna	Pregoeiro
0947	Valter Euclides Damasco	Pregoeiro substituto
1039	Victor Inácio Kist	Equipe de apoio
3748	Evandro Carlos dos Santos	
1332	Hélio Estefano Becker Filho	
1998	Bernadete Albani Leiria	
0775	Adriana Lauth Gualberto	

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2268, de 26 de setembro de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006 e pela Resolução nº 100, de 15 de fevereiro de 2002,

RESOLVE: com fundamento no art. 84, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, c/c art. 5º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991,

INCLUIR na folha de pagamento dos servidores a seguir nominados, quotas de **ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO**, incidentes sobre os respectivos vencimentos, com o início de vigência e percentual enumerados na seqüência:

Nome servidor	Matr	Percentual		Vigência	Processo nº
		Concedido	Total		
		Concedido	Total		
VALTER CLEMENTINO PEREIRA	1084	3%	33%	19/8/2013	1876/2013
MARCELO QUIRINO GOULART	5532	3%	6%	9/9/2013	2058/2013
MARIANGELA BRESOLA DE ALENCASTRO	2710	3%	21%	11/9/2013	2095/2013

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2269, de 26 de setembro de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 78 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, na redação dada pela Lei Complementar nº 81, de 10 de março de 1993, c/c a Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991, e a Lei Complementar nº 316, de 28 de dezembro de 2005,

CONCEDER LICENÇA-PRÊMIO aos servidores abaixo discriminados:

Matr	Nome do servidor	Período Aquisitivo Quinquênio		Processo nº
2132	JOAO BATISTA PEREIRA	13/1/2007	28/5/2013	2057/2013
1884	ANTONIO ORLANDO	8/12/2004	8/4/2013	2096/2013

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2270, de 26 de setembro de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e tendo em vista o que consta do Processo nº 2056/2013,

RESOLVE: com fundamento no art. 78 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, na redação dada pela Lei Complementar nº 81, de 10 de março de 1993, c/c a Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991, e a Lei Complementar nº 316, de 28 de dezembro de 2005,

CONCEDER à servidora **ZENAIDE MEYER**, matrícula nº 1588, **LICENÇA-PRÊMIO** referente ao quinquênio compreendido entre 27 de maio de 2008 e 18 de julho de 2013.
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PROJETOS DE LEI**PROJETO DE LEI Nº 403/13****ESTADO DE SANTA CATARINA****GABINETE DO GOVERNADOR****MENSAGEM Nº 1031**

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do art. 50 da Constituição do Estado, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos da Secretaria de Estado da Administração, o projeto de lei que "Autoriza a aquisição de barragens nos Municípios de Ibirama, Ituporanga, José Boiteux e Jacinto Machado".

Florianópolis, 24 de setembro de 2013.

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO

Governador do Estado

Lido no Expediente

Sessão de 25/09/13

ESTADO DE SANTA CATARINA**SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO****GABINETE DO SECRETÁRIO****EM Nº 137/13**

Florianópolis, 15 de agosto de 2013

Senhor Governador,

Submeto a apreciação de Vossa Excelência o Projeto de Lei que autoriza, adquirir, por, doação da União, os imóveis correspondentes às instalações dos complexos das barragens de contenção de águas:

I - Barragem Sul, no Município de Ituporanga contendo a área 1.021,00 hectares (um mil e vinte um hectares), composta por 239 imóveis matriculados, conforme Certidão Relacional de Propriedade emitida pelo Registro de Imóveis da Comarca de Ituporanga, em 22 de abril de 2013.

II - Barragem Norte, no Município de José Boiteux, contendo a área 972,62 hectares (novecentos e setenta e dois hectares e sessenta seis mil e duzentos metros quadrados), composta por 209 imóveis matriculados, conforme Certidão Relacional de Propriedade emitida pelo Registro de Imóveis da Comarca de Ibirama, em 15 de maio de 2013.

III - Barragem Oeste, no Município de Taió, contendo a área 903,13 hectares (novecentos e três hectares e mil e trezentos metros quadrados), composta por 107 imóveis matriculados, conforme Certidão Relacional de Propriedade emitida pelo Registro de Imóveis da Comarca de Taió, em 16 de abril de 2013.

IV - Barragem Rio Leão e Canal D-1, no Município de Jacinto Machado, contendo a área 266,90 hectares (duzentos e sessenta e seis hectares e nove mil metros quadrados), composta por 42 imóveis matriculados, conforme Certidão Relacional de Propriedade emitida pelo Registro de Imóveis da Comarca de Turvo, em 20 de junho de 2013 e em 25 de junho de 2013.

V - Barragem Rio Bonito e Canal D-2, no Município de Jacinto Machado, contendo a área 156,26 hectares (cento e cinquenta e seis hectares e dois mil metros quadrados), composta por 48 imóveis matriculados, conforme Certidão Relacional de Propriedade emitida pelo Registro de Imóveis da Comarca de Turvo, em 20 de junho de 2013

A aquisição dos imóveis de que trata esta Lei tem como finalidade regularizar a ocupação por parte do Estado, sendo que as barragens de Ituporanga, José Boiteux e Taió passarão para

administração da Secretaria de Estado da Defesa Civil e as barragens de Jacinto Machado para administração da Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca.

Contudo, a consideração de Vossa Excelência.
Respeitosamente,

Derly Massaud de Anuniação

Secretário de Estado da Administração

PROJETO DE LEI Nº 403.5/2013

Autoriza a aquisição de barragens nos Municípios de Ibirama, Ituporanga, José Boiteux e Jacinto Machado.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a adquirir, por doação da União, os imóveis correspondentes às instalações dos seguintes complexos das barragens de contenção de águas:

I - Barragem Sul, no Município de Ituporanga, com área de 1.021,00 ha (mil e vinte e um hectares), composta por 239 (duzentos e trinta e nove) imóveis matriculados conforme certidão relacional de propriedade, emitida pelo Registro de Imóveis da Comarca de Ituporanga em 22 de abril de 2013;

II - Barragem Norte, no Município de José Boiteux, com área de 972,62 ha (novecentos e setenta e dois hectares e seis mil e duzentos metros quadrados), composta por 209 (duzentos e nove) imóveis matriculados conforme certidão relacional de propriedade, emitida pelo Registro de Imóveis da Comarca de Ibirama em 15 de maio de 2013;

III - Barragem Oeste, no Município de Taió, com área de 903,13 ha (novecentos e três hectares e mil e trezentos metros quadrados), composta por 107 (cento e sete) imóveis matriculados conforme certidão relacional de propriedade, emitida pelo Registro de Imóveis da Comarca de Taió em 16 de abril de 2013;

IV - Barragem Rio Leão e Canal D-1, no Município de Jacinto Machado, com área de 270,11 ha (duzentos e setenta hectares e mil e cem metros quadrados), composta por 42 (quarenta e dois) imóveis matriculados conforme certidões relacionais de propriedade, emitidas pelo Registro de Imóveis da Comarca de Turvo em 20 de junho de 2013 e pelo Registro de Imóveis da Comarca de Sombrio em 25 de junho de 2013; e

V - Barragem Rio Bonito e Canal D-2, no Município de Jacinto Machado, com área de 156,26 ha (cento e cinquenta e seis hectares e dois mil e seiscentos metros quadrados), composta por 48 (quarenta e oito) imóveis matriculados conforme certidão relacional de propriedade, emitida pelo Registro de Imóveis da Comarca de Turvo em 20 de junho de 2013.

Art. 2º A aquisição dos imóveis de que trata esta Lei tem como finalidade regularizar a ocupação por parte do Estado, sendo que as barragens de Ituporanga, José Boiteux e Taió passarão para a administração da Secretaria de Estado da Defesa Civil e as barragens de Jacinto Machado, para a administração da Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca.

Art. 3º As despesas com a execução desta Lei correrão por conta do Orçamento Geral do Estado - Secretaria de Estado da Defesa Civil e Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca.

Art. 4º O Estado será representado no ato de doação pelo titular da Secretaria de Estado da Administração ou por representante legalmente constituído.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Florianópolis,

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO

Governador do Estado

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 404.6/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

GABINETE DO GOVERNADOR

MENSAGEM Nº 1032

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do art. 50 da Constituição do Estado, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos da Secretaria de Estado da Administração, o projeto de lei que "Altera a Lei nº 15.369, de 2010, que autoriza a transferência de imóvel do Departamento Estadual de Infraestrutura (DEINFRA) ao Estado de Santa Catarina, no Município de Chapecó, e estabelece outras providências".

Florianópolis, 24 de setembro de 2013.

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO

Governador do Estado

Lido no Expediente

Sessão de 25/09/13

ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO

GABINETE DO SECRETÁRIO

EM Nº 123/2013

Florianópolis, 26 de julho de 2013

Senhor Governador,

Submeto à apreciação de Vossa Excelência, o Projeto de Lei que altera dispositivos da Lei nº 15.369, 16 de dezembro de 2010, que "autoriza a transferência de imóvel do Departamento Estadual de Infraestrutura, no Município de Chapecó.

A presente alteração tem por finalidade viabilizar a construção da Escola Integral de Ensino Médio, no Município de Chapecó.

Contudo, à consideração de Vossa Excelência.

Respeitosamente,

Derly Massaud de Anuniação

Secretário de Estado da Administração

PROJETO DE LEI Nº 404.6/2013

Altera a Lei nº 15.369, de 2010, que autoriza a transferência de imóvel do Departamento Estadual de Infraestrutura (DEINFRA) ao Estado de Santa Catarina, no Município de Chapecó, e estabelece outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 2º da Lei nº 15.369, de 16 de dezembro de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º A transferência de que trata esta Lei tem por objetivo viabilizar a construção da Escola Integral de Ensino Médio." (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica revogada a Lei nº 13.660, de 28 de dezembro de 2005.

Florianópolis,

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO

Governador do Estado

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 405/13

GABINETE DO GOVERNADOR

MENSAGEM Nº 1035

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do artigo 50 da Constituição do Estado, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos da Secretaria de Estado da Educação, o projeto de lei que "Altera a Lei nº 11.522, de 2000, que cria o Conselho Estadual de Alimentação Escolar e adota outras providências".

Florianópolis, 24 de setembro de 2013.

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO

Governador do Estado

Lido no Expediente

Sessão de 25/09/13

ESTADO DE SANTA CATARINA

Secretaria de Estado da Educação

Gabinete do Secretário

Exposição de Motivos nº 029/13 Florianópolis, 20 de junho de 2013

Senhor Governador,

Cumprimentando-o, encaminho, para aprovação de Vossa Excelência, a minuta de Projeto de Lei, que altera o artigo 3º da Lei nº 11.522, de 12 de setembro de 2000, a qual define a composição do Conselho Estadual de Alimentação Escolar, no âmbito da Rede Pública Estadual de Santa Catarina.

O projeto de lei que visa alterar o artigo 3º da Lei nº 11.522, de 12 de setembro de 2000, que cria o Conselho Estadual de Alimentação Escolar - CEAE, tem como finalidade de adequar a composição do CEAE a Lei Federal nº 11.947, de 16 de junho de 2009, que dispõe sobre o atendimento da Alimentação Escolar e do programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. A legislação em vigor condiciona o recebimento e o recebimento de recursos para alimentação escolar à adequação da composição do Conselho, conforme prescreve o artigo 20, inciso I, da referida norma:

Art. 20. Fica o FNDE autorizado a suspender os repasses dos recursos do PNAE quando os Estados, o Distrito Federal ou os Municípios:

I - não constituírem o respectivo CAE ou deixarem de efetuar os ajustes necessários, visando ao seu pleno funcionamento;

Considerando que o Estado detém a competência para ampliar a composição do Conselho Estadual e, nos termos do art. 14, inciso I, da Constituição Estadual, de acordo com a proposta, a representação do Poder Executivo passará para 2 (dois) representantes, com a finalidade de garantir a representatividade paritária de membros do Poder Público e da Sociedade Civil Organizada.

Respeitosamente,

Elza Marina da Silva Moretto

Secretária Adjunta de Estado da Educação

PROJETO DE LEI Nº 405.7/2013

Altera a Lei nº 11.522, de 2000, que cria o Conselho Estadual de Alimentação Escolar e adota outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 3º da Lei nº 11.522, de 12 de setembro de 2000, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º O CEAE será constituído por 8 (oito) membros, com a seguinte composição:

I - 2 (dois) representantes designados por ato do Chefe do Poder Executivo;

II - 2 (dois) representantes dentre profissionais da educação, em exercício de suas funções na rede pública estadual de ensino da Secretaria de Estado da Educação (SED), indicados pelo respectivo órgão de representação e escolhidos por meio de assembleia específica;

III - 2 (dois) representantes de pais de alunos da rede pública estadual, indicados pelos conselhos escolares, pelas associações de pais e mestres ou por entidades similares e escolhidos por meio de assembleia específica; e

IV - 2 (dois) representantes indicados por entidades civis organizadas e escolhidos por meio de assembleia específica.

§ 1º Os representantes de que trata o inciso IV deste artigo serão oriundos de órgãos técnicos ligados à alimentação.

§ 2º Cada membro titular do CEAE terá 1 (um) suplente da mesma categoria representada, que deverá substituir o titular em caso de vacância para completar o mandato.

§ 3º Os membros do CEAE terão mandato de 4 (quatro) anos, podendo ser reconduzidos de acordo com a indicação dos seus respectivos segmentos.

§ 4º A Presidência e a Vice-Presidência do CEAE somente poderão ser exercidas pelos representantes indicados nos incisos II, III e IV deste artigo.

§ 5º O Presidente e o Vice-Presidente do CEAE serão eleitos pelo voto de 2/3 (dois terços) dos membros presentes em assembleia geral especialmente convocada para tal fim, sem possibilidade de recondução.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis,

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO

Governador do Estado

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 406.8/13

Acrescenta o inciso VII ao § 2º do art. 15 e o inciso VI ao § 2º do art. 18 da Lei nº 7.541, de 1988, que dispõe sobre as taxas estaduais, para isentar as entidades declaradas de utilidade pública do pagamento da taxa de segurança contra incêndios, bem como da taxa de fiscalização de projetos de construção e vistoria.

Art. 1º Ficam acrescentados o inciso VII ao § 2º do art. 15 e o inciso VI ao § 2º do art. 18 da Lei nº 7.541, de 30 de dezembro de 1988, com a seguinte redação:

“Art. 15.

§ 2º

VII - entidades declaradas de utilidade pública estadual.

Art. 18.

§ 2º

VI - entidades declaradas de utilidade pública estadual.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Jean Kuhlmann

Lido no Expediente

Sessão de 25/09/13

JUSTIFICATIVA

Trago à consideração deste Parlamento proposta de lei que visa alterar os artigos 15 e 18 da Lei nº 7.541, de 30 de dezembro de 1988, isentando as entidades regularmente declaradas de utilidade pública estadual do pagamento da taxa de segurança contra incêndios e da taxa de fiscalização de projetos de construção e vistoria.

A taxa de segurança contra incêndios e a taxa de fiscalização de projetos de construção e vistoria são tributos cobrados devido à prestação de serviços de prevenção contra incêndios e outros sinistros, bem como serviço de fiscalização de projetos e de vistoria de sistemas de segurança contra incêndios em edificações destinadas a fins comerciais, industriais, prestação de serviços ou residenciais, de acordo com as normas de prevenção de incêndios vigentes.

Ademais, é contribuinte das referidas taxas o titular de estabelecimento comercial, industrial ou prestador de serviços, o proprietário, o possuidor, a qualquer título, ou o detentor do domínio útil de prédio de qualquer outra categoria.

Importante frisar que a própria Lei nº 7.541, de 30 de dezembro de 1988, que instituiu as referidas taxas (além de outras), estabelece algumas hipóteses de isenção a pessoas jurídicas filantrópicas e sem fins lucrativos, que desenvolvem determinadas atividades, quais sejam: educação especial; atendimento aos dependentes químicos; atendimento aos idosos; atendimento às pessoas com deficiência; atendimento às crianças e adolescentes em situação de risco; e práticas religiosas em templos de qualquer culto.

De acordo com artigo 1º da Lei estadual nº 15.125, de 19 de janeiro de 2010, poderão ser declaradas de utilidade pública estadual as entidades constituídas na forma de pessoas jurídicas de direito privado, com fins não econômicos, que desenvolvam no âmbito do Estado atividades de interesse coletivo, com o objetivo de promover uma série de atividades no âmbito social, educacional, da saúde, esportivo, ambiental, dentre outras áreas de extrema relevância e notório caráter comunitário e social.

Em que pese a notável relevância do campo de atuação das entidades que são isentas do pagamento da taxa de segurança contra incêndios e da taxa de fiscalização de projetos de construção e vistoria, vê-se que inúmeras entidades que possuem o título de utilidade pública estadual, apesar de desenvolverem serviços de extremo interesse público, não gozam da isenção.

Assim, por se tratar de medida de alto alcance social, solicito aos nobres Deputados a aprovação do presente projeto, que pretende incluir no rol de entidades que são isentas do pagamento da taxa de segurança contra incêndios e da taxa de fiscalização de projetos de construção e vistoria as entidades reconhecidas como de utilidade pública estadual.

Deputado Jean Kuhlmann

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 407.9/2013

Denomina Escola Estadual

Art. 1º Fica denominada “Escola Estadual Hígino João Pio, a Escola Estadual a ser construída na Rua Madagascar, S/Nº, no Bairro das Nações, no Município de Balneário Camboriú.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões,

Deputado Dado Chereim

Lido no Expediente

Sessão de 26/09/13

JUSTIFICATIVA

A presente proposição tem como objetivo formalizar a denominação do estabelecimento escolar estadual que está sendo construído no Bairro das Nações, no município de Balneário Camboriú, com propósito de homenagear o político João Hígino Pio - *in memoriam* - pela sua dedicação a cidade de Balneário Camboriú.

Hígino João Pio nasceu em Itapema no dia 11 de janeiro do ano de 1922. Era filho de João Pio e Tarcília Simas Pio.

Veio residir em Balneário Camboriú em 1952, estabelecendo-se como comerciante: iniciou com um pequeno comércio no ramo de secos e molhados, tornando-se um grande comerciante nas atividades de hotelaria e atacadista de gênero alimentício, o que contribuiu grandemente para sua popularidade, tornando-se participante ativo dos movimentos políticos e sociais da comunidade, e com certa lide rança.

Seu nome foi então o primeiro lembrado para concorrer na primeira eleição para prefeito no município de Balneário Camboriú. Haja vista as dificuldades da época, Pio é considerado o prefeito que mais

contribuiu para o progresso do município, que nenhum recurso dispunha na época.

Durante sua gestão, revelou-se um grande administrador, e entre as suas principais obras podemos destacar:

- Levantamento aéreo fotogramétrico;
- Serviço de abastecimento de água no Município. Obra que apesar das dificuldades, fê-la em tempo recorde de 90 dias;
- Implantação do muro de arrimo numa extensão de 6.300 metros lineares, permitindo a construção da Avenida Atlântica em toda a sua totalidade;
- Arborização e iluminação da Avenida Atlântica;
- Pavimentação da Avenida Brasil e Avenida do Estado;
- Construção da Escola Básica Ivo Silveira e também escolas do interior do Município: Laranjeiras, Taquaras, Estaleiro e Mato Camboriú;
- Construção do novo cemitério da Barra e Mato Camboriú;
- Construção do núcleo residencial "Dea César Couffal" (CONCASA);

- Aquisição de áreas para o serviço de abastecimento de água, feira livre, escolas, postos de saúde e outras;

_ Implantou a primeira Biblioteca Pública do Município, e a Biblioteca da Escola Básica João Goulart e de quase toda a rede escolar do Município;

- Organizou as ruas e bairros da cidade, quanto à nomenclatura;

Nada obstante sua lisura e dedicação a administração pública, foi injustamente acusado de corrupção e preso para averiguações, de modo que no inquérito, à época, nada se comprovou.

Higino João Pio faleceu na prisão, no dia 03 de março de 1969, em pleno exercício do cargo de Prefeito, deixando uma lacuna irreparável.

Deputado Dado Cherem

*** X X X ***

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 032/13

ESTADO DE SANTA CATARINA

GABINETE DO GOVERNADOR

MENSAGEM Nº 1033

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do art. 50 da Constituição do Estado, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos da Secretaria de Estado da Segurança Pública, o projeto de lei complementar que "Altera a Lei nº 6.218, de 1983, que dispõe sobre o Estatuto dos Policiais Militares do Estado de Santa Catarina e dá outras providências".

Florianópolis, 24 de setembro de 2013.

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO

Governador do Estado

Lido no Expediente

Sessão de 25/09/13

ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA

GABINETE DO SECRETÁRIO

EM nº 215.9/GABS/SSP

Florianópolis, 10 de dezembro de 2012.

Senhor Governador,

Submeto à elevada apreciação de Vossa Excelência o **Processo nº CMDO-G 2471/2012**, contendo anteprojeto de Lei Complementar, que fixa o tempo mínimo de efetivo serviço como requisito para a passagem voluntária dos militares estaduais para reserva remunerada.

A proposta decorre da mudança de cenário nas inclusões das instituições militares estaduais, uma vez que, doravante, em razão da formação superior, em nível de graduação, exigida para o ingresso, os candidatos selecionados, normalmente, já possuem tempo de serviço externo que, ao ser averbado, diminui sensivelmente sua permanência nas Corporações.

Assim, entende-se ser do interesse público estabelecer o cumprimento de requisito mínimo, no que concerne ao tempo de efetivo serviço, para o requerimento pelo policial ou bombeiro militar da sua reserva remunerada, quando ainda reúne condições psicofísicas para

continuar no serviço ativo, uma vez que boa parte do seu tempo total de serviço não decorreu da fadigante carreira de militar estadual.

Para tanto, considerando que com o tempo total de serviço de 30 anos, se homem, e 25, se mulher, o militar estadual pode requerer sua reserva remunerada em razão da atividade diferenciada que exerce, pretende-se que deste tempo total 25 anos, se homem, e 20, se mulher, sejam de **efetivo serviço na respectiva Corporação**, não incluindo neste cômputo, portanto, o tempo de serviço decorrente de averbações.

Com esta medida, estaremos preservando o capital humano das Instituições, impedindo que policiais e bombeiros militares, com tempo de serviço averbado, requeiram a reserva remunerada, com as prerrogativas de militar estadual, de forma antecipada, precisando continuar no exercício do seu mister até o novo limite legal.

Atualmente o art. 104 da Lei nº 6.218 de 10 de fevereiro de 1983 (Estatuto dos Policiais Militares), assim estabelece:

Art. 104. A transferência para a reserva remunerada, a pedido, será concedida ao policial-militar que contar com, no mínimo, 30 (trinta) anos de serviço se homem e 25 (vinte e cinco) anos de serviço se mulher."

(...)

Com a alteração proposta o art. 104 da Lei nº 6.218 de 10 de fevereiro 1983, passará a contar com a seguinte redação:

Art. 104. A transferência para a reserva remunerada, a pedido, será concedida ao militar estadual que contar, no mínimo:

I - trinta anos de serviço, se homem, desde que vinte e cinco anos sejam de efetivo serviço;

II - vinte e cinco anos de serviço, se mulher, desde que vinte anos sejam de efetivo serviço.

(...)

A proposta não acarretará aumento de despesa ao Estado, uma vez que se destina somente a implantar nova regra em regime jurídico já existente.

A matéria foi instruída pelos **Pareceres nº 43/2012** (fls. 04/07) e 018/PL/2012 (fls. 09/17), concluindo que o anteprojeto de Lei Complementar atendeu a todos os requisitos constitucionais e legais.

A minuta de Lei Complementar segue por meio eletrônico, no endereço: gemat@scc.sc.gov.br.

Diante disso, considerando que a proposta em pauta reveste-se da adequada relevância e oportunidade, submeto à consideração de Vossa Excelência os Autos, solicitando a adoção de medidas necessárias que viabilizem o trâmite do procedimento legislativo.

Respeitosamente,

César Augusto Grubba

Secretário de Estado da Segurança

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 032.4/2013

Altera a Lei nº 6.218, de 1983, que dispõe sobre o Estatuto dos Policiais Militares do Estado de Santa Catarina e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O art. 104 da Lei nº 6.218, de 10 de fevereiro de 1983, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 104. A transferência para a reserva remunerada, a pedido, será concedida ao militar estadual que contar, no mínimo:

I - 30 (trinta) anos de serviço, se homem, desde que 25 (vinte e cinco) anos sejam de efetivo serviço na carreira policial militar; ou

II - 25 (vinte e cinco) anos de serviço, se mulher, desde que 20 (vinte) anos sejam de efetivo serviço na carreira policial militar.

....." (NR)

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis,

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO

Governador do Estado

*** X X X ***